Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6493, de 2009, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a organização e o funcionamento da Polícia Federal" (Lei Orgânica da Polícia Federal; revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 1965) – PL nº 6493, de 2009

Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Polícia Federal.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado LAERTE BESSA

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO MARCELO ITAGIBA

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 6.493, de 2009, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a organização e o funcionamento da Polícia Federal" (Lei Orgânica da Polícia Federal).

Conforme determina o art. 34, II, do Regimento Interno, tendo em vista a competência meritória das Comissões CREDN, CSPCCO, CTASP e CCJC 23/2/2010, foi constituída Comissão Especial.

Designado relator na Comissão Especial, o Deputado Laerte Bessa (PSC-DF), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei n. 6493, de 2009, do Poder Executivo, com substitutivo.

É o breve relatório.

II - VOTO

Parabenizo, inicialmente, o Relator do Projeto, pelo excelente trabalho desenvolvido, ao mesmo tempo em que o agradeço pela incorporação que promoveu de algumas sugestões feitas por mim por meio do Ofício nº 113, de 22 de junho deste ano.

Registro, também, que as discussões e as contribuições oportunizadas pela constituição da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 6493, de 2009, do Poder Executivo, que foi resultado de requerimento de minha iniciativa, já consiste grande avanço para a organização e o funcionamento do Departamento de Polícia Federal, órgão de que tenho o orgulho de pertencer.

O presente voto em separado é, portanto, apenas mais uma contribuição de minha experiência de delegado de polícia federal, a fim de aperfeiçoar ainda mais o projeto de nossa Lei Orgânica.

Trata-se de buscar na sistemática que já vigorou exitosamente no regime jurídico pátrio passado, uma forma de prestigiar a experiência do profissional em prol da excelência do serviço policial, sem descuidar dos preceitos constitucionais vigentes a partir de 1988, mormente do princípio do concurso público insito no inciso II do art. 37 e do disposto no art. 39 da Carta Magna.

Assim, em consonância com referidos dispositivos constitucionais que prezam pela conformação de carreira conforme a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade das atribuições desenvolvidas pelos membros da Polícia Federal, observados os requisitos para a investidura e as peculiaridades das atividades, cujo ingresso depende necessariamente de concurso público, propomos a criação de cota de vagas para integrantes da Carreira Policial, quando do provimento de novas vagas de delegado e de perito.

Deste modo, proponho que, nos concursos públicos para provimento dos cargos acima referidos, seja previsto em edital, uma cota de

vagas de até 50% do número total de cargos a serem providos para serem disputados por integrantes da Carreira Policial Federal.

É importante para a polícia se aperfeiçoar para enfrentar com eficácia o crime que avança e se sofisticada cada vez mais, a cada dia. Precisa-se ousar. O Departamento de Polícia Federal é formado por pessoas que necessitam, neste enfrentamento da criminalidade, de vigor físico, inteligência, e de aperfeiçoamento profissional, com treinamento constante e progressivo.

Não podemos abrir mão da possibilidade de prestigiar a experiência operacional, cartorária e papiloscópica policial adquirida no exercício da atividade de polícia judiciária na formação de seu corpo de delegados e de peritos que, deste modo, poderão conduzir com maior excelência ainda as atribuições de presidentes de procedimentos investigativos do órgão ou nos de polícia científica.

A inovação não interessa apenas a delegados, peritos, papiloscopistas, escrivães e agentes, todos já integrantes da Carreira Policial Federal (art. 16 do Substitutivo), mas, principalmente, a toda a sociedade brasileira, porque prestigia a eficiência, a eficácia e economicidade desta função essencial de Estado que é uma das mais importantes a serem prestados pelo Estado brasileiro, a Segurança Pública.

Isto posto, manifesto-me pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n. 6493, de 2009, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a organização e o funcionamento da Polícia Federal", na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator Laerte Bessa, com a inclusão dos dispositivos que ora ofereço ao descortino dos membros desta Comissão Especial.

Sala da Comissão, Brasília – DF, de de 2010.

MARCELO ITAGIBA
Deputado Federal - PSDB/RJ

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6493, de 2009, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a organização e o funcionamento da Polícia Federal" (Lei Orgânica da Polícia Federal; revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 1965) – PL nº 6493, de 2009

Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Polícia Federal.

EMENDA ADITIVA

Acresça-se ao artigo 16 do Projeto de Lei Orgânica da Polícia Federal, o seguinte §5º:

“Art. 16.....

§5º Em cada concurso público para provimento de cargos de Delegado de Polícia Federal e de Perito Criminal Federal, será prevista uma cota de até 50% das vagas oferecidas para serem disputadas por candidatos integrantes da Carreira Policial Federal, desde que preencham todos os requisitos estabelecidos no edital do concurso.

§6º As vagas remanescentes da cota de que trata o parágrafo anterior que não forem preenchidas pelos candidatos integrantes da Carreira Policial Federal, serão revertidas em prol dos candidatos aprovados no mesmo concurso, respeitada a ordem de classificação, na forma do edital.” (NR)

Sala da Comissão, Brasília – DF, de de 2010.

MARCELO ITAGIBA
Deputado Federal - PSDB/RJ